

“dizes tu...” “direi eu...”

A redacção reserva-se o direito de reduzir as cartas assinando a respectiva redução

Carta aberta a Isabel do Carmo

A “DEMOCRACIA” vai talvez deixar-te morrer. Vai deixar-vos morrer. Julga-se tão forte, coitada, que possa alegremente sobreviver a isso. Na verdade, não sobreviveu a “mãe das democracias” à morte dos grevistas do IRA, não vai agora sobreviver à dos “heróis das Malvinas”? Como poderá o firme e resoluto Balsemão ficar atrás da “dama de ferro”? Não foi sempre a Inglaterra o nosso exemplo, se não o nosso pastor?

Conversemos um pouco. Vou tentar manter alguma serenidade (não digo “compostura”...).

Começo por te contar uma história. Quando eu tinha os meus onze anos, apareceu-me como professor de Português um jovem recém-formado. Era o oposto do professor tradicional: imaginativo, liberal, motivador, conseguia interessar os putos que nós éramos naquelas matérias áridas que se chamavam “fonética, morfologia e sintaxe”. Quer eu queira quer não (verás porquê) ele está presente aqui

mesmo, neste articular de palavras, que me ensinou a juntar umas às outras nas frequentes redacções de “tema livre” que nos propunha. Os anos passaram. Algum tempo depois do 25 de Abril, tive um choque de que ainda não recuperei por completo: aquele já então não-tão-jovem professor fora identificado, entre outros, como um dos professores da Escola da PIDE! O que lhe aconteceu, ignoro. Sei apenas que, infelizmente, me cruzo com ele de tempos a tempos e, com franqueza, não me parece que ande em liberdade condicional... Pelo aspecto, posso mesmo assegurar que não se encontra em greve da fome. Admito que seja professor do Corpo de Intervenção.

Tivemos ilusões em criança. Nem todas acabaram desta maneira amarga e revoltante. Foram-se quase todas dissipando aos poucos. À medida que íamos construindo outras. Isso nos evitou o “realismo cínico” que muitos associam naturalmente à ideia de “idade adulta”, e que

tem a sua expressão mais alta nas famosas e sempre obscuras (ia dizer obscenas...) “razões de Estado”. Só que a essas novas ilusões da idade adulta fomos — ou foram — chamando, conforme os casos, ideais, paixões, utopias, ou sei lá que mais. Foram (são) elas e só elas que nos deram (dão) sabor e sentido à vida. Em função delas agimos, fizemos de nós o que somos. Delas nos vieram o prazer e a alegria que os “funcionários” desconhecem.

Os “funcionários”? Quer dizer: os que contabilizam os degraus da carreira ou do poder, os “sacerdotes” de todas as liturgias e os seus prosélitos, os pequenos ditadores de trazer por casa, os viciados dos regulamentos e dos aparelhos, os convencidos de autoridades que nem sempre têm, os “espertalhões”, os que se querem fazer passar por “iluminados”, e muitos mais — de um modo geral, todos os que “se tomam a sério”, os “senhores do seu papel”, de todos os bordos e a todos os níveis. Os “funcionários” não vivem, calculam; não

se apaixonam, analisam; não têm ilusões ou ideais, têm fatos cinzentos às riscas, como o Mota Pinto (mesmo quando andam sempre em mangas de camisa). Muitos nem sequer imaginam ou pensam, obedecem.

Em Portugal, já se ganharam eleições sob o tema “segurança”. Também sob o tema “mudança”. Não se ganharam, nem virão a ganhar, sob temas como “empenhamento”, “entusiasmo”, “alegria”, “vida”, ou outro da família. É nisto que esta democracia morna e desencantada (por enquanto ainda não digo sinistra), difere dos anos 74-75. Não foram anos “felizes” para os “funcionários” — como se para eles pudesse haver “felicidade”. Os que estavam na mó de cima viveram-nos crispada e obcecadamente no cumprimento das “missões” que lhes impunha mais esta “etapa histórica”. Os que estavam na mó de baixo fugiram aterrados para Espanha ou para o Brasil, ou arrastaram-se para aí: para eles não se tratou

de uma “etapa histórica” mas de um “tempo para esquecer”. Para muitos de nós, foi o tempo em que verdadeiramente se viveu: essa experiência e essa vitória é irreversível — definitiva. Ainda que hoje tenhamos de mendigar a publicação de um artigo de jornal (acredita que não exagero) ou, pior, que alguns precisem de chegar à greve da fome para se fazer ouvir do fundo de uma cela.

Isabel, é bem possível que esta “democracia de funcionários” seja capaz de vos deixar morrer. Se tal acontecer, o que mais me assusta não é sequer essa prova última daquilo a que outros já chamaram o “terrorismo de Estado”. É pensar que Portugal atingiu a “idade adulta” dos realistas e dos cínicos. Talvez que essa certidão de “bom comportamento” facilite a entrada no Mercado Comum. Mas o 11.º membro já não será um país digno desse nome: será um cemitério.

João Martins Pereira

“...frases da semana”

“Quando, a 10 de Junho de cada ano, relembramos e homenageamos Camões exerce-se uma penetração no mais profundo do sentido histórico nacional.”

Diogo Barradas Curvo em “O Dia”, 10/6/82

“Já alguém notou que o actual primeiro-ministro seria óptimo num país rico. Mas num país pobre como Portugal (...) os governos não têm horizontes estáveis.”

Nuno Rocha em “Tempo”, 10/6/82

“Podem acusar-me de ter feito coisas más, não me podem, porém, é acusar de não ter feito nada.”

Krus Abecassis a “O Jornal”, 10/6/82

“Na rua, no Parlamento, no aparelho de Estado, há quem pretenda dividir a AD e dividir o PS.”

Vitor Cunha Rego em “A Tarde”, 7/6/82

“Volto a repeti-lo: isto não é um País, é um maníaco. Estamos todos loucos. Sem grandes hipóteses de cura.”

Vitor Direito em “Correio da Manhã”, 10/6/82

“Autogestão: mais de 300 empresas vão continuar sem estatuto jurídico”

EM relação ao artigo publicado no EXPRESSO n.º 498, sob o título em epígrafe, recebemos o seguinte esclarecimento, assinado pelos 5 membros da Comissão de Gestão Interina do Hotel Baía:

(...) Refere o citado artigo: “Entretanto agudizam-se problemas e conflitos de que é expressivo exemplo o caso do Hotel Baía de Cascais, cuja nova Comissão Administrativa, nomeada pelo secretário de Estado do Turismo, é rejeitada pelo plenário de trabalhadores. Os sucessivos conflitos daí emergentes desde Fevereiro do corrente ano levaram

custa de afirmações incorrectas provocar uma corrente de opinião desfavorável à iniciativa do secretário de Estado do Turismo que pelo seu despacho n.º 5/82 nomeou uma Comissão de Gestão Interina para o Hotel Baía.

Assim aquele membro do Governo nomeou uma Comissão de Gestão Interina e não uma Comissão Administrativa

de Gestão Interina colocam-se à disposição desse semanário para prestarem as informações que desejarem sobre o Hotel Baía, nomeadamente sobre os graves atropelos e irregularidades ali cometidos por alguns dos trabalhadores do hotel durante todo o processo de autogestão, irregularidades essas já provadas por inspecções do Ministério das Finanças e Ministério do Trabalho.

N.R. — A passagem contestada tinha uma importância muito reduzida no conjunto do artigo citado. Nela se preten-

signação do seu actual órgão directivo. E se foi incorrecta a afirmação de haver gestores demissionários, já não é caracterizar a actual situação do Hotel Baía como uma situação conflituosa. Ainda recentemente surgiram notícias de atraso no pagamento de salários e de contestação continuada à actuação da nova Comissão de Gestão Interina. Independentemente de ter sido boa ou má a decisão do secretário de Estado do Turismo e de haver ou não razões de queixa quanto à autogestão

A EPAC é dos produtores de cereais

(...) SEGUNDO nos apercebemos de várias notícias vindas a público recentemente, grandes e tenebrosos interesses rodeiam a EPAC esquecendo-se os produtores de cereais que deram vida à chamada Federação Nacional dos Produtores de Trigo, que por obras do diabo passou a Instituto dos Cereais em 1973 e após Abril de 1974 por obra de outros diabos passou a Empresa Pública de Abastecimento de Cereais.

Nem uns nem outros gover-

nantes tiveram, até hoje, a ombridade de prestar contas dos milhões de contos que a produção trigueira pagou de quota social por quilo de cereal, entregue durante 40 anos, além de permilagem, previdência rural, etc.

Como produtor de cereais num Estado de Direito, entendemos nestas circunstâncias que nada poderá ser decidido sem sermos ouvidos como principais donos e interessados de uma organização para a

qual, com suor e lágrimas, lhe demos vida.

Para a parte sã que esteja no Governo chamamos a atenção para a injustiça que se tenta cometer nas costas da produção com o nome de “liberalização dos cereais” ou outros enganos os nomes e as razões. Aguardemos.

Mal por mal deixem estar a EPAC na situação que presentemente está, até que a lavoura se organize convenientemente.

Joaquim Inácio Calhau